

# *A cobertura noticiosa da pandemia: um retrato dos dilemas e práticas profissionais na era Covid-19*

*The news coverage of the pandemic: a portrait of professional dilemmas and practices in the Covid-19 era*

## **Resumo:**

A Covid-19 constitui um desafio societal total. Os *media* e o jornalismo estão no centro dos acontecimentos na medida em que desempenham várias funções consideradas vitais na gestão da crise pandémica. Entre elas destaca-se a função facilitadora que constitui o jornalismo como canal privilegiado de comunicação entre poder político e autoridades de saúde e a população. Este desafio acontece num momento em que, também fruto da própria pandemia, se registam algumas mudanças na própria atividade jornalística: na forma como os jornalistas encaram a profissão, na configuração da agenda noticiosa e nos critérios de escolha das fontes

de informação. O presente artigo dá conta de alguns resultados obtidos a partir de um inquérito a jornalistas e da análise de conteúdo de 2.933 peças noticiosas publicadas no *Público* e no *Jornal de Notícias*. Em linhas gerais, destacam-se a emergência de um jornalismo que orienta comportamentos, mas que apresenta oscilações no acompanhamento da doença, uma maior atenção à promoção da literacia em saúde e um acrescido cuidado com as questões éticas e uma procura acentuada de especialistas, escolhidos por critérios que se afastam da notoriedade prévia.

**Palavras-chave:** Pandemia; jornalismo; função facilitadora; literacia em saúde.

Felisbela Lopes<sup>1</sup>

Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade  
felisbela@ics.uminho.pt  
<https://orcid.org/0000-0001-9227-8998>

Clara Almeida Santos<sup>2</sup>

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, CEIS20  
clara.santos@uc.pt  
<https://orcid.org/0000-0002-9122-387X>

Olga Magalhães<sup>3</sup>

Universidade do Porto, Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde  
olgamagalhaes@med.up.pt  
<https://orcid.org/0000-0002-7559-4611>

Catarina Duff Burnay<sup>4</sup>

Universidade Católica Portuguesa, Investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC),  
cburnay@ucp.pt  
<https://orcid.org/0000-0001-7730-1707>

Rita Araújo<sup>5</sup>

Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade  
ritaaraujo@ics.uminho.pt  
<https://orcid.org/0000-0001-7124-6057>

Alberto Sá<sup>6</sup>

Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade  
albertosa@ics.uminho.pt  
<https://orcid.org/0000-0002-8367-9404>

[https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_13\\_6](https://doi.org/10.14195/2183-6019_13_6)

<sup>1</sup> Professora Associada com Agregação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho onde trabalha desde 1994. Entre 2009 e 2014, foi a Pró-Reitora para a área da Comunicação. É membro do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), investiga as áreas da informação televisiva, do jornalismo da saúde e das fontes de informação e tem desenvolvido o ensino no campo do jornalismo.

<sup>2</sup> Professora Auxiliar no Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigadora integrada no Centro de Estudos Interdisciplinares. Doutorada em Ciências da Comunicação, foi vice-reitora da Universidade de Coimbra para a Cultura, Comunicação, Património e Antigos Estudantes entre 2011 e 2018.

<sup>3</sup> Doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, é especializada em Assessoria Mediática na área da Investigação em Saúde. É investigadora do CINTESIS – Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde e coordenadora do Gabinete de Comunicação e Imagem da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

<sup>4</sup> Professora associada da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa e coordenadora do Mestrado em Ciências da Comunicação. Investigadora e membro da Direção do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC) e do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP).

<sup>5</sup> Doutora em Ciências da Comunicação, é investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho. Os seus interesses de investigação são a comunicação e o jornalismo em saúde, as fontes de informação, e a literacia em saúde.

<sup>6</sup> Doutoramento em Ciências da Comunicação, pela Universidade do Minho, é Professor Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigador integrado no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), onde tem desenvolvido trabalho de investigação sobre os estudos da memória, em particular a mediação tecnológica da memória na era digital, e da sua relação com os *media*.

### *Abstract:*

Covid-19 constitutes a full societal challenge. Media and journalism are at the centre of events as they play several roles considered vital in the management of the pandemic crisis. Among them, the facilitating role of journalism as a privileged channel of communication between political power and health authorities and the population stands out. This challenge takes place at a time when, also as a result of the pandemic itself, there are significant changes in journalistic activity itself: in the way journalists view the profession, in the configuration of the news agenda and in the criteria for choosing sources of information. The present article reports some of the results obtained from a survey to journalists and from the content analysis of 2933 news items published in *Público* and *Jornal de Notícias*. Globally, we highlight the emergence of a journalism that guides *behaviours* but that presents oscillations in the monitoring of the disease, a greater attention to the promotion of health literacy and an increased concern with ethical issues, and an accentuated search for specialists, chosen according to criteria that differ from mere previous notoriety.

**Keywords:** Pandemics; journalism; facilitating function; health literacy.

### **Introdução**

O primeiro caso de Covid-19 foi registado em Portugal a 2 de março de 2020. A 16 de março de 2020, o Governo português anunciou que iria suspender as atividades presenciais de ensino e aprendizagem, das creches ao ensino superior. A 18 de março, o Presidente da República decretava o estado de emergência por 15 dias, renovado a 2 e a 17 de abril. Era a primeira fase de uma situação de exceção que haveria de regressar em finais de 2020, estendendo-se por 2021. Na fase inicial, o país viveu em confinamento, sempre reportado de forma intensiva pelos *media* noticiosos, que assumiram claramente uma orientação dos cidadãos para comportamentos preventivos da doença, procurando constituir-se como uma frente de combate à pandemia, importante para ajudar o país a ficar em casa. Num inquérito à classe, os jornalistas portugueses assumem essa orientação, algo incomum no regime democrático que vigora no país desde 1974<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Ao longo dos anos, em regime democrático, os jornalistas portugueses foram assumindo algumas causas em determinados órgãos de

Foi exatamente esse jornalismo, que procurou constituir-se como serviço público, que estabeleceu um meio importante para que os portugueses aderissem rapidamente ao confinamento decretado. Na segunda vaga, sentida no inverno de 2020, essa mobilização atenuou-se. O país havia desconfinado a partir de maio e foi de férias no verão. Na agenda noticiosa foram surgindo outros temas. Chegados ao outono, os *media* apresentavam um padrão de tematização disperso e a opinião pública também. A atenção à pandemia reduzia-se substancialmente e o cuidado da população com regras de contenção ia sendo aligeirado. Mais tarde, o Presidente da República, o Governo e a autoridade sanitária haveriam

---

comunicação social. Uma das mais visíveis foi a causa timorense, bem explicada João Manuel Figueira Rocha, na dissertação de Mestrado intitulada *A causa timorense, uma causa dos jornais: leituras e reflexões sobre o posicionamento dos jornais* e defendida em 2009. A orientação de comportamentos de prevenção da doença SARS-CoV-2, assumida pelos jornalistas no inquérito por nós promovido e visível em muitas peças quer pelo conteúdo, quer pela forma (exemplos: lista de conselhos, perguntas e respostas) foi mais transversal a todos os órgãos de comunicação social e perdurou por mais tempo.

de se queixar disso. Quando, a 17 de dezembro de 2020, assinou o decreto de mais uma renovação do estado de emergência para vigorar até 7 de janeiro de 2021, o Chefe de Estado alertou para a demora na vacinação e apelou ao “bom senso e maturidade cívica” dos portugueses no período natalício. Numa nota publicada no site da Presidência da República, escreveu o seguinte: “Ou celebramos o Natal com bom senso, maturidade cívica e justa contenção, ou janeiro conhecerá, inevitavelmente, o agravamento da pandemia, de efeitos imprevisíveis no tempo e na dureza dos sacrifícios e restrições a impor”<sup>2</sup>. Também o Primeiro-ministro português e a Diretora-geral da Saúde fizeram vários apelos desta natureza. Em vão. No início de 2021, o vírus ganhou maior força, o número de mortos registou um aumento progressivo, bem como os internamentos em cuidados intensivos, arrastando Portugal para

<sup>2</sup> <https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a-actualidade/2020/12/mensagem-do-presidente-da-republica-ao-pais-sobre-a-terceira-renovacao-do-segundo-estado-de-emergencia/> (consultado em dezembro de 2020).

o grupo de países onde a situação pandémica era mais grave. Os *media* demoraram algum tempo a retomar a intensidade noticiosa anteriormente verificada. Foi apenas quando se decretou o confinamento severo do país a 15 de janeiro de 2021 que os *media* noticiosos despertaram novamente para esta tematização, intensificando a partir daí a cobertura jornalística. Estávamos já na terceira vaga desta pandemia.

Neste artigo, pretendemos analisar a cobertura jornalística da pandemia bem como as percepções dos jornalistas sobre o trabalho realizado. Para isso, foi promovido um inquérito à classe e foi analisada a cobertura feita por dois jornais diários portugueses (*Público* e *Jornal de Notícias*) em três períodos de estado de emergência, ou seja, entre 18 de março e 2 de maio de 2020, 9 de novembro e 23 de dezembro de 2020 e 15 de janeiro e 26 de fevereiro de 2021. O primeiro e terceiro períodos corresponderam também a um tempo de confinamento severo dos portugueses. Esse estudo implicou a análise de 2.933 peças noticiosas e de 6.350 fontes.

## **Enquadramento teórico**

### **A importância da Comunicação da Saúde e o papel dos jornalistas**

A Comunicação da Saúde é um campo de investigação que pretende alcançar diferentes grupos populacionais para transmitir informações que possam melhorar os resultados de saúde dos indivíduos e da comunidade (Schiavo, 2013). Tornou-se, por isso, num campo científico de enorme relevo com o aparecimento da pandemia por Covid-19. Também o jornalismo que trata temas relacionados com a saúde adquiriu uma maior importância. Nesse âmbito, alargou a agenda, valorizou novas fontes e deu outra atenção a componentes da literacia que nem sempre couberam em espaços noticiosos, como infografias ou textos puramente explicativos.

Cenários de crise sanitária, como o que vivenciamos atualmente, exigem informação atualizada, imediata e precisa (Masip et al., 2020) e uma coordenação grande entre as fontes de informação e os *media* noticiosos. Neste enquadramento, as fontes

oficiais, nomeadamente os decisores políticos e as autoridades sanitárias, têm uma responsabilidade acrescida no combate e neutralização da informação falsa que vai circulando pelo espaço público (mediático). De facto, “a forma como as fontes oficiais, líderes e especialistas falam com o público durante esta crise importa, porque pode ser a diferença entre a vida e a morte” (Fielding, 2020). Por conseguinte, à medida que a pandemia se foi desenvolvendo, a necessidade de fornecer informação clara, honesta e válida ao público, em todo o mundo, tornou-se óbvia (Finset et al., 2020, p. 873).

A relevância da qualidade informativa providenciada pelas fontes oficiais é tanto maior quanto mais se percebe a existência de um crescimento acentuado de informação a circular sobre a Covid-19, na qual se inclui informação verdadeira e fidedigna, mas também informação falsa e desinformação. Coexistindo com a crise de saúde pública, existe uma “epidemia global de desinformação” (Zarocostas, 2020), sendo que a própria Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou este momento como

uma “infodemia” (Mheidly & Fares, 2020). Ainda que esta situação não constitua uma surpresa, uma vez que a desinformação e a circulação de informação falsa não são fenómenos novos, há quem considere que “as infodemias são tão sérias como as pandemias” (Mheidly & Fares, 2020). A circulação de informação falsa ou contraditória prejudica a mitigação da doença, transmite informação errada sobre ela e promove medidas de prevenção ineficazes (Mheidly & Fares, 2020).

Dentro do campo da Comunicação de Saúde, os *media* noticiosos assumem um papel fundamental, funcionando como mediadores entre as instituições e os públicos, constituindo-se como fontes de informação credíveis e aliados das autoridades de saúde. Na Saúde, o jornalismo é um veículo primário para a aprendizagem da população (Hinnant & Len-Ríos, 2009). Ciente do aumento das desordens informativas (Wardle & Derakhshan, 2017), o próprio jornalismo reforçou o espaço de *fact checking* sobre os temas da pandemia e vários órgãos, apesar das restrições de movimentos, investiram mais em

reportagens sobre o assunto<sup>3</sup>, numa iniciativa que poderá, de certa forma, ser interpretada como uma tentativa de contribuir de forma ativa para o aumento da literacia em saúde dos cidadãos, em tempo de crise sanitária.

A literacia em saúde é atualmente considerada uma ferramenta essencial para a melhoria de resultados em saúde, redução das desigualdades em saúde e desenvolvimento de políticas de saúde (Kutcher, Wei & Coniglio, 2016). É um conceito multidimensional, complexo e heterogéneo (Sorensen, 2019), que inclui fatores sociais e individuais. Pode ser definida como o nível segundo o qual os indivíduos podem obter, processar, perceber e comunicar informação necessária para tomarem decisões em saúde informadas (Berkman, Davis & McCormack, 2010). A literacia em saúde é reconhecida pela própria

---

3 Estudos desenvolvidos por autoras deste artigo sobre a cobertura noticiosa da saúde entre 2010 e 2020 nos jornais diários portugueses documentam uma frequência do género reportagens abaixo dos 4% (Araújo, 2017; Magalhães, 2020). Na primeira fase da pandemia, de 18 de março até 2 de maio de 2020, essa frequência nos dois jornais analisados (*Público* e *Jornal de Notícias*) sobe para 9,7%.

OMS (2013) como uma determinante da saúde e diversos estudos confirmam a sua importância (Berkman et al., 2010; Nutbeam & Lloyd, 2021; Paasche-Orlow & Wolf, 2010; Parker & Ratzan, 2010; OMS, 2013; Zarcadoolas, Pleasant & Greer, 2006).

Neste âmbito, o jornalismo tem também responsabilidades, detendo a capacidade de promover uma literacia em saúde que ajude os cidadãos a adotarem comportamentos preventivos da doença, através do uso de conceitos da literacia em saúde que forneçam informação legível e acessível, como o recurso a infografias, *storytelling* e metáforas de uso corrente. Contudo, o papel do jornalismo não se limita a estas questões, pois, muitas vezes os jornalistas fazem trabalho de promoção de literacia sem que o identifiquem como tal (Hinnant & Len-Ríos, 2009). Entre os elementos usados pelos jornalistas para aumentar a compreensão de informação de saúde, encontram-se o uso de dados e estatísticas, as definições ou explicações de termos técnicos, o recurso a fotografias, ilustrações ou infografias, o uso de metáforas ou analogias, o uso de

especialistas, entre outros (Hinnant & Len-Ríos, 2013; Jorm, 2000).

Um estudo de Forsyth et al. (2012) revela que os jornalistas consideram que têm a capacidade de melhorar a literacia em saúde das audiências enquanto se mantêm fiéis aos valores jornalísticos, tais como a precisão, o equilíbrio e a independência. No entanto, os jornalistas não se sentem responsáveis pela forma como o público responde à cobertura da saúde (Hinnant et al., 2015). A maioria dos jornalistas (52%) parece crer que os leitores usam a informação para “entenderem melhor os temas de saúde” (Hinnant & Len-Ríos, 2009, p. 99). Todavia, apenas 6% admitem que os leitores possam alterar os seus comportamentos no seguimento das informações veiculadas nas notícias (Hinnant & Len-Ríos, 2009). Existe, portanto, um paradoxo: por um lado, os jornalistas percebem o impacto que o seu trabalho poderá ter; por outro lado, parecem não conviver bem com a responsabilidade acrescida que esse facto representa.

Os jornalistas de saúde podem perceber o seu papel como o de informador, o de educador ou o de

“defensor de causas” (entre outros), sendo que estas diferentes perspetivas têm implicações normativas distintas para a prática do jornalismo, que permanecem indefinidas (Amend & Secko, 2012). A conceitualização dos papéis adotados pelos jornalistas generalistas não é a mesma assumida pelos jornalistas que cobrem saúde. Hinnant et al. (2015) dividiram-nos em quatro categorias de acordo com o papel que esses profissionais assumiam – disseminador, interpretativo, adversativo e facilitador. Os jornalistas conceitualizaram o seu papel como indo “do simples distribuidor de informação até ao fomentador de um mundo melhor, através da promoção de soluções concretas, acessíveis e responsáveis” (Hinnant et al., 2015, p. 10). Parece existir, portanto, uma linha retórica desenhada entre o papel de informador e o de educador. “O jornalista pode considerar como as audiências vão responder à informação, mas, em última instância, a ênfase jornalística nos valores-notícia sobrepõe-se” (Hinnant et al., 2015, p. 8), pelo que “não deixarão de disseminar informação jornalisticamente relevante numa demonstração

de paternalismo para com o público” (Magalhães, 2020).

A pandemia por Covid-19 vem, assim, colocar à prática jornalística uma série de questões que normalmente se colocam ao jornalismo em contexto de crise, nomeadamente a consciência particularmente acentuada de que se pode estar no momento de mudança de paradigma no jornalismo. De entre as funções já referidas, Perreault e Perreault (2021) destacam, em contexto pandémico e num tempo de comunicação de crise e de desastre, a importância da função facilitadora do jornalismo: as notícias servem como conduta para a comunicação que tem como emissores as fontes oficiais e os especialistas e como destinatário o grande público. A partir da consciência da existência de uma necessidade, o jornalista assume a sua responsabilidade para com a sociedade e o seu papel na tomada de decisão durante uma crise. A função facilitadora consistiria então na busca de informação relevante sobre acontecimentos, tendências e ameaças.

O desempenho desta função acontece num contexto muito particular. Em primeiro lugar, porque os

*A pandemia  
por Covid-19  
colocou à prática  
jornalística uma  
série de questões  
que normalmente  
se colocam ao  
jornalismo em  
contexto de crise*

jornalistas são também *stakeholders* no processo de recolha e disseminação da informação. É acrescida a complexidade de fazer investigação jornalística e subsequente cobertura de uma crise e de trauma quando se está simultaneamente a sentir os seus efeitos (Lewis, 2020). Em segundo lugar, devido às características particulares da “ecologia da comunicação” própria da pandemia (Perreault & Perreault, 2021). Esta ecologia existe, de acordo com os autores, na medida em que o jornalismo simultaneamente influencia e é influenciado pelo ambiente. Esse ambiente tem uma dimensão global, com todos os desafios que tal acarreta, e acentua algumas tendências que têm condicionado o exercício do jornalismo. Refira-se, a este respeito, a desconfiança face ao trabalho dos jornalistas. De acordo com um estudo recente já em contexto pandémico (Nelson, 2020), os meios noticiosos e os jornalistas são tidos pelos inquiridos como menos dignos de confiança do que uma lista longa de outros porta-vozes. No topo do pódio da confiança estão os cientistas, seguidos pelos médicos pessoais. Até mesmo colegas de trabalho ou pessoas

como os próprios inquiridos (opção “a person like yourself”) são tidas como mais fiáveis. A falta de confiança nas notícias e nos jornalistas compreende-se, fundamentalmente, à luz de três fenómenos:

1. O já referido crescimento das desordens informativas, genericamente designado como “desinformação” em Português mas que, de acordo com Wardle e Derakhshan (2017), compreende *desinformation*, *misinformation* e *mal-information*. Estas desordens atingem proporções inauditas com a utilização massiva das redes sociais digitais. A presente pandemia é, assim, acompanhada de uma *infodemia* sem precedentes, podendo a sobreposição das duas epidemias ser considerada uma *sindemia* (Santos et al. 2021).
2. A descredibilização das notícias por políticos. O termo *fake news* tem sido utilizado por estes para descrever coberturas noticiosas que consideram “desagradáveis”, remetendo para o jornalismo a responsabilidade da criação de

conteúdos alegadamente falsos e desconsiderando o próprio processo de verificação dos factos e o exercício do contraditório que deve ser inerente à prática jornalística. Wardle e Derakhshan (2017) desaconselham a utilização do conceito de *fake news* pois, se é *fake*, não é *news*.

3. O caminho seguido pela indústria dos *media* que, ao esbater sucessivamente as fronteiras entre entretenimento e informação, terá conduzido a um descrédito crescente no jornalismo, já pronunciado por Neil Postman em 1985 na sua obra seminal *Amusing Ourselves to Death*.

O desempenho dos jornalistas é também afetado por novas (ou recente e incipientemente assimiladas em muitas redações) práticas jornalísticas tais como o jornalismo de dados, a análise de redes sociais, o jornalismo preditivo ou o jornalismo de soluções. Em plena pandemia, o jornalismo confronta-se com questões de longa data, mas em novas circunstâncias: o dever da objetividade e o

desafio da responsabilidade social. Não cabe aqui a discussão do conceito de objetividade jornalística, entre a crítica de ser “ritual estratégico” (Tuchman, 1999) e a possibilidade de se constituir como “dever referencial” (Martins, 2005), importa, antes, recordar as lições de Kovach e Rosenstiel (2001). Segundo os autores, a primeira obrigação do jornalismo é a verdade e a sua essência está na disciplina da verificação. Para além disso, os jornalistas devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam. Afastar-se destes princípios significaria o mesmo que desertar do jornalismo. Acontece que as tarefas prescritas ficam muito dificultadas em contexto de uma crise com a pregnância, a escala e as consequências da Covid-19. Destacar-se-iam como consequências com impacto direto no jornalismo, a *infodemia*, a circulação de desinformação que os jornalistas se veem na obrigação de tentar travar e a dependência por parte do coletivo da informação que é veiculada pelos *media*, escolhidos como canal preferencial pelas fontes oficiais e pelas entidades de saúde e investidos da

já referida função facilitadora. A independência fica, nestas circunstâncias, bastante comprometida ou, pelo menos, ameaçada, correndo os jornalistas o risco de serem meros porta-vozes do poder ao cumprir essa função de canal.

Por outro lado, as ferramentas e práticas jornalísticas contemporâneas podem contribuir para o fortalecimento da objetividade jornalística. Paresie e Dagiral (2013) referem como o jornalismo de dados atual melhora a forma como o jornalismo pode contribuir para a democracia. A investigação em profundidade ganha também algum fôlego, pois os custos são reduzidos através da utilização das ferramentas do jornalismo de dados.

Na tensão e pressão em que os jornalistas se encontram, é inegável a importância do jornalismo na gestão da crise pandémica. Vários estudos comprovam, aliás, o que o sentido comum intui: a relação entre a cobertura mediática de temas associados com risco e a percepção pública desse risco. De acordo com Stallings (1990), os *media* são, aliás, o fator mais significativo na construção social do risco: ao

selecionar os acontecimentos, ao citar especialistas que interpretam esses acontecimentos e ainda ao concatenar e distribuir os produtos noticiosos, as organizações que se ocupam das notícias criam um importante componente do discurso público.

#### **Estudo empírico**

“Quais os objetivos subjacentes à construção da agenda noticiosa durante o tempo de pandemia e de que modo isso foi sendo concretizado?” Foi essa a pergunta de partida para a qual se procuraram respostas através de uma metodologia quantitativa composta por dois instrumentos: um inquérito por questionário aplicado a jornalistas e uma análise de conteúdo a dois jornais diários portugueses (*Público* e *Jornal de Notícias*). O inquérito fez-se terminado o primeiro confinamento (entre 11 e 29 de maio de 2020) e a análise dos diários incidiu em três períodos de estado de emergência. Esse estudo implicou a análise de 2.933 peças noticiosas e de 6.350 fontes.

As questões de pesquisa são as seguintes:

- Em que medida a intensidade de cobertura noticiosa no primeiro ano da pandemia trouxe mudanças ao modo como os jornalistas encaram a sua profissão?
- Lidando permanentemente com a incerteza, os jornalistas procuraram meios de dotar os cidadãos de conhecimentos que lhes permitissem perceber melhor a situação que atravessavam?
- Tornando-se a agenda noticiosa hegemónica em torno de questões ligadas à pandemia, qual foi o papel e a importância das fontes especializadas enquanto fontes de informação?

O inquérito por questionário a jornalistas teve como propósito avaliar as suas perceções sobre o impacto da pandemia nas rotinas profissionais e no jornalismo português. Para tal, as questões foram organizadas por blocos tendo em atenção cinco dimensões – i) impacto do teletrabalho; ii) organização das redações/secções; iii) preocupação com a literacia em saúde; iv) escolha das fontes de

informação e v) eventuais mudanças que os estados de emergência possam ter provocado no jornalismo. Neste trabalho atendemos apenas às três últimas questões. A seleção dos jornalistas teve por base a estratificação por categorias mutuamente exclusivas – jornalistas, jornalistas de saúde/ciência, editores/coordenadores e diretores – a partir de uma listagem exhaustiva dos órgãos de comunicação social (OCS) de âmbito nacional. Atendendo a que a resposta era voluntária, acabou por se chegar a uma amostragem não probabilística de respondentes. Desenvolvido com recurso à plataforma Limesurvey, o inquérito por questionário foi aplicado por administração direta (Quivy & Campenhoudt, 2005, pp. 188-190), tendo sido validados 200 inquéritos (114 jornalistas; 18 jornalistas de saúde/ciência; 50 editores/coordenadores e 18 diretores de informação) e os resultados foram tratados, codificados e categorizados em SPSS, programa de análise estatística.

O segundo instrumento metodológico selecionado foi a análise de conteúdo das notícias sobre Covid-19 publicadas em dois jornais diários

nacionais (versão digital paga), um de referência (*Público*) e outro de linha mais popular (*Jornal de Notícias*). A escolha das publicações teve por base os dados da Associação Portuguesa de Controlo de Tiragem sobre a circulação digital paga no último quadrimestre de 2020, que mostra uma evolução positiva na adesão dos leitores aos dois títulos. Por forma a assegurar uma abordagem transversal, evolutiva e significativa, foram selecionados três períodos – de 18 de março a 2 de maio de 2020, de 9 de novembro a 23 de dezembro de 2020 e 15 de janeiro a 26 de fevereiro de 2021 – correspondendo aos tempos em que o estado de emergência esteve em vigor em Portugal. As 2.933 peças noticiosas identificadas foram publicadas nas secções “Destaque Covid-19” (*Público*) e “Primeiro Plano” (*Jornal de Notícias*), consideradas pelos jornais como as mais relevantes de entre o total de notícias publicadas. Cruzando o número de peças com os períodos de estado de emergência, constatou-se que o primeiro período (63%) e o terceiro e mais recente (21,4%) foram os mais prolíficos – coincidindo com um

confinamento com regras muito apertadas – e, por fim, o correspondente ao período que antecedeu o Natal de 2020, com 15,6% das notícias.

Os dados recolhidos foram tratados, codificados e categorizados com recurso ao programa de análise estatística SPSS, de acordo com uma grelha de análise previamente elaborada e testada por um grupo de investigadoras (Lopes et al., 2013; Araújo, 2016; Magalhães, 2020), adaptada ao contexto pandémico em foco. De entre as variáveis de análise, identificou-se o “género jornalístico” como a mais pertinente para o presente estudo, uma vez que permitiu isolar as peças promotoras de literacia em saúde, nomeadamente, aquelas que recorrem a caixas com informação extra e/ou detalhada e explicada, listas de conselhos e perguntas & respostas.

### **Discussão dos resultados**

O jornalismo em tempo de pandemia passou por algumas mudanças que o tempo dirá se serão efémeras e exclusivamente relacionadas com a situação de crise global ou eventualmente mais duradouras. De qualquer

forma, verificou-se em alguns profissionais o reforço e acentuação da ideia de desempenho de um serviço público e de responsabilidade social inerentes à profissão, a agenda noticiosa conheceu alterações substanciais por força de uma realidade nova e a força dos especialistas foi reforçada como resultado de uma procura de respostas e explicações científicas para uma doença desconhecida. Essas mudanças estão refletidas nas percepções dos jornalistas, evidenciadas no inquérito realizado nos textos jornalísticos construídos nesse tempo e analisados pelo presente estudo de caso.

### **Um jornalismo que orienta comportamentos e que oscila no acompanhamento da doença**

No inquérito realizado à classe jornalística (diretores, editores/ coordenadores, jornalistas) sobre o jornalismo desenvolvido durante o primeiro período do estado de emergência, vivido em Portugal entre 16 de março e 2 de maio de 2020, 92,2% dos jornalistas

declararam terem tido uma preocupação permanente em orientar comportamentos, uma conduta que, não sendo inédita, é rara no Portugal democrático. Não se tratou de direcionar os públicos para o apoio a determinadas políticas, mas de os inteirar em permanência acerca da evolução da pandemia em diferentes partes do país e do mundo e de os ajudar a adotar atitudes que promovessem a saúde pública e evitassem cadeias de contágio: ficar em casa, respeitar o distanciamento físico, não participar em ajuntamentos, usar máscara...

No nosso caso, houve a tentativa de não embarcar num registo alarmista, procurando, sempre que possível, passar também uma mensagem de conforto, através de temas mais leves e positivos. E a determinada altura, percebendo que os leitores precisavam de sair da bolha depressiva da covid, houve uma tentativa deliberada de começar a abrir a agenda a outros temas.

(Jornalista da *Notícias Magazine*, oito anos na profissão)

[Houve a preocupação de orientar os cidadãos para comportamentos de prevenção/tratamento da Covid-19 através de:] histórias feitas para as redes sociais ou espaços próprios para concentrar informação relevante para orientar comportamentos como a criação de determinadas secções, que, ao fim de poucos dias, estavam a emitir artigos diários com conselhos para enfrentar o confinamento.

(Diretor de um jornal diário, 32 anos de profissão)

Da nossa parte, mantivemos a qualidade a que habituámos os nossos leitores, em alguns momentos, elevando-a porque o nosso enfoque foi sempre o de informar, ao mesmo tempo que procuramos dar informação útil e prática (como ir ao supermercado de maneira cívica, como lavar a roupa, como usar a máscara, como estar em casa em teletrabalho e telescola).

(Editor/Coordenador de um jornal diário, 23 anos de profissão)

[Houve novos temas neste período de emergência introduzidos no campo do jornalismo como] os conceitos de distanciamento social e de comportamentos em sociedade; a existência de doenças emergentes e maior exposição do trabalho científico feito em Portugal.

(Jornalista de Saúde, 13 anos nesta especialidade e 17 de profissão de jornalista)

Confrontados com o modo como essa condução de comportamentos se processou, os jornalistas apresentaram caminhos diversos. Essa orientação fez-se, prioritariamente, através do próprio agendamento noticioso, estruturado por um noticiário diversificado, com fontes predominantemente oficiais e especializadas. No inquérito, os jornalistas indicam a saúde e a ciência como temas permanentes e prioritários; asseguram ter havido um reforço do noticiário internacional, nomeadamente em países com maior número de infetados; admitem ter dado mais espaço a temas ligados a questões laborais e à educação e mais atenção às preocupações sociais (pobreza, solidão...)

e aos direitos, liberdades e garantias que as democracias protegem e que o estado de emergência poderia colocar em causa. De acordo com os respondentes, houve um cuidado e uma vontade expressa de orientar os cidadãos para comportamentos preventivos da doença, criando-se em simultâneo uma espécie de convicção de que seria necessário o confinamento de grande parte da população para ajudar a achatar uma curva epidemiológica para cuja subida acentuada o Serviço Nacional de Saúde não estaria preparado para dar resposta. Essa preocupação em fornecer uma informação útil, em promover maior proximidade aos cidadãos e em orientar as pessoas em termos de saúde pública são opções que os jornalistas interpretam como aspetos positivos de um jornalismo que consideram ter sido, neste período, de mais qualidade, precisamente devido a isso. No entanto, a maior parte dos respondentes já não se mostra favorável a um registo paternalista, que coloca o jornalismo numa posição em que o jornalista sabe tudo e deve impor padrões de conduta aos outros.

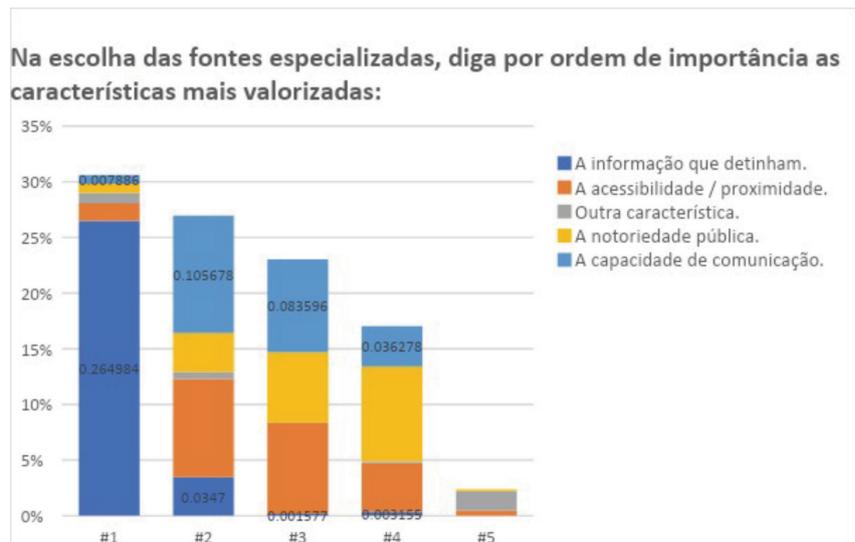
Percorrendo o número de notícias publicadas nos dois jornais

analisados durante os três períodos de estado de emergência, realçam-se os seguintes resultados: no primeiro período publicaram-se 1.850 textos; no segundo período esse número desce para 457 e sobe para 626 na terceira fase. Se o jornalismo arrancou em força no início desta pandemia, aliviou a pressão noticiosa na segunda vaga e demorou a arrancar com a mesma força com que o fez em março de 2020, quando o quadro epidemiológico começou a agravar-se em janeiro de 2021. Os dados deste estudo sugerem que o número de notícias sobre a Covid-19 publicadas na primeira vaga foi três vezes maior do que na terceira vaga, num período equivalente, ainda que esta última vaga fosse muito mais grave no que diz respeito ao número de mortes e ao número de doentes internados em cuidados intensivos.

### **Uma maior atenção à literacia e um maior cuidado com as questões éticas**

No inquérito, os jornalistas mostram-se favoráveis a um jornalismo

Gráfico 1. Características valorizadas na escolha das fontes de informação



Fonte: Elaboração dos autores

que, em situações de crise de saúde pública, incrementa a literacia, nomeadamente através de peças em jeito de pergunta/resposta com informação importante sobre o que se impunha saber em determinada altura (para que serve o estado de emergência, o que é o *lay-off*, em que circunstâncias se pode sair de casa...); infografias diversas (explicativas da doença, exemplificadoras de comportamentos de proteção individual, com pontos de situação das mortes e número de infetados no país e no mundo); artigos de opinião de especialistas ou de profissionais até então pouco valorizados (operadoras de caixa de hipermercados, motoristas...).

Percorrendo a análise que fizemos à imprensa diária em três períodos distintos em que vigorou o estado de emergência, constatamos que as preocupações com a literacia estiveram sempre presentes. É verdade que o noticiário sobre a Covid-19 se fez hegemonicamente em género de notícia (78% na primeira fase, 61,1% na segunda fase e 75,9% na terceira fase), mas as marcas de literacia foram visíveis em espaços distintivos. Na primeira onda, infografias,

textos de conselhos e de perguntas e respostas somaram 10,9% do espaço; na segunda esse valor cresceu para 30,6%; e na terceira onda somou 13,9%. Em comum a todos, o cuidado de fornecer informação adicional para contextualizar melhor os leitores.

Embora os jornalistas falem de um jornalismo que neste tempo não foi imune ao sensacionalismo, nem tão pouco à informação falsa (87% dos jornalistas testemunharam um crescendo de *fake news* durante pandemia), grande parte dos respondentes ao inquérito, quando confrontado com uma pergunta de resposta livre no que diz respeito a preocupações éticas e deontológicas e modos de autorregulação, assegura ter tido maior cuidado com o rigor da informação transmitida (adotando dados de entidades oficiais, consultando várias fontes e nada publicando em caso de dúvida), com a escolha das fontes (preferindo sempre fontes oficiais ligadas ao Governo e fontes especializadas a quem reconheciam competência) e com a privacidade dos doentes e respetivos familiares, procurando não ceder ao impulso das

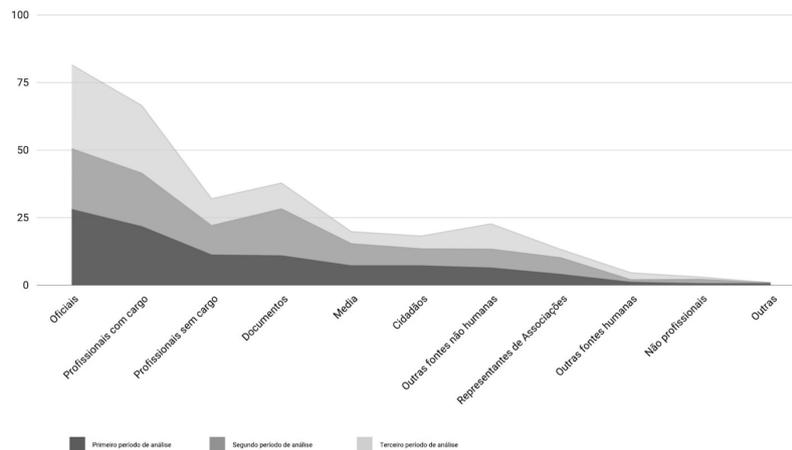
redes sociais. Dizem também ter tido um cuidado particular em noticiar mortes.

### A procura permanente dos especialistas

Num cenário profundamente caracterizado pela incerteza, confrontados com a escassez de evidência científica sobre o SARS-CoV-2 e nem sempre encontrando as respostas necessárias nas fontes oficiais, os jornalistas viram-se obrigados a procurar novas fontes de informação. No inquérito, foi reconhecido que já não importava a notoriedade pública daquele que se interpelava, interessava acima de tudo a informação que detinha, tal como se pode ver no gráfico 1. Esta constatação representa uma alteração em relação ao passado recente em que as fontes oficiais ultrapassavam as outras fontes, mesmo no campo da saúde, como documentam estudos vários das autoras (Lopes, 2013; Magalhães, 2020).

Durante o primeiro ano da pandemia, valorizou-se um conjunto alargado de especialistas, nomeadamente médicos e investigadores da área da saúde, a quem se pediram explicações, outros ângulos de

Gráfico 2. Estatuto das fontes nos artigos publicados sobre a Covid-19 na imprensa diária



Fonte: Elaboração dos autores

análise e dados que ajudassem a desenvolver a literacia das populações. Era preciso dotar o jornalismo de mais rigor, de contextos mais amplos, de análises mais profundas e isso as fontes de informação mais especializadas garantiam com mais facilidade. Essa escolha manteve-se inalterável ao longo dos três períodos. Os documentos também foram valorizados, sobretudo na segunda fase pandémica. A este nível, não foram os comunicados que mais se salientaram, mas antes os relatórios das entidades oficiais de saúde, os artigos científicos, os textos legais e as análises estatísticas.

### Notas finais

Os *media* noticiosos têm um papel central em qualquer contexto de emergência de saúde pública. No caso da pandemia SARS-CoV2, o discurso jornalístico revelou-se um importante meio de informação às populações e de sensibilização para o confinamento rápido quando foi decretado o primeiro estado de emergência e se pediu às pessoas para ficarem em casa. Neste tempo,

os jornalistas olharam mais a profissão em termos de serviço público, tal como afirmaram no inquérito realizado e o seu trabalho ganhou novas configurações, refletidas nas marcas de literacia e na procura de mais especialistas enquanto fontes de informação.

Respondendo às questões de investigação colocadas por este estudo de caso, verificamos que em período pandémico houve, de facto, algumas alterações no modo como se encara a profissão mas, ainda que os jornalistas tivessem expressado a sua vontade em ajudar as populações a entender melhor o que se passava, nem sempre a noticiabilidade produzida acompanhou a gravidade da situação, ao contrário do que inicialmente se poderia prever. Se é verdade que numa fase inicial houve uma enorme concentração da agenda nesta situação a ponto de os alinhamentos se tornarem praticamente monotemáticos, com o tempo dispersou-se bastante essa atenção. No início de 2021, quando Portugal começava a evidenciar marcas que o levariam para o grupo dos países com o maior número de mortos por

100 mil habitantes, os *media* noticiosos demoraram um certo tempo a despertar para essa gravidade, nunca conseguindo igualar a atenção da fase inicial.

No que diz respeito ao esforço em procurar meios para dotar os cidadãos de conhecimentos que lhes permitissem perceber melhor a situação que atravessavam, isso está patente quer nos espaços promotores de literacia em saúde, tais como infografias ou lista de conselhos, que ganharam, neste tempo, outra visibilidade, quer no aumento substancial dos especialistas enquanto fontes de informação. Esta alteração é verificada quando comparamos estudos por nós realizados entre 2010 e 2020, referentes à cobertura da saúde por parte da imprensa diária portuguesa. Nesse período, constatámos que as marcas de literacia nos textos jornalísticos eram residuais e que as fontes oficiais se sobrepunham aos especialistas (Lopes, 2013; Magalhães, 2017). A apresentação de dados factuais através de géneros normalmente pouco comuns na imprensa portuguesa pode ser vista como um esforço também para combater a incerteza

dominante e de alguma aproximação à objetividade – como estratégia de defesa por parte de jornalistas mas também para fornecer informação menos suscetível de se constituir como desinformação. Durante o período pandêmico, alterou-se a composição daqueles a quem se dá voz no discurso noticioso e isso implicou uma mudança do espaço público mediatizado que a passagem do tempo dirá se será estrutural ou pontual. Ao contrário do que vingou desde a implantação do regime democrático em Portugal, o jornalismo deixou de priorizar as elites do poder, tal como aconteceu no fim do século XX e nos primeiros anos do século XXI (Lopes, 2007), para valorizar as fontes especializadas, nomeadamente aquelas detentoras de um saber sábio que subitamente ganharam mais importância no jornalismo. Muitos autores defendem que, em períodos de crise, os cidadãos estão mais abertos a ouvir vozes distintas, principalmente aquelas oriundas de campos mais credíveis e mais aptas a fomentar um debate público mais esclarecido (Thorbjørnsrud & Figenschou, 2016). Foi isso que fizeram os jornalistas

e, com isso, contribuíram para uma maior qualidade da informação jornalística.

#### Referências bibliográficas

- Araújo, R. (2017). *Dinâmicas de construção do jornalismo de saúde: uma análise da imprensa generalista portuguesa*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho, Braga, Portugal. <http://hdl.handle.net/1822/45761>
- Amend, E. & Secko, D. M. (2012). In the face of critique: a metasynthesis of the experiences of journalists covering health and science. *Science Communication*, 34(2), 241-282. <https://doi.org/10.1177/1075547011409952>
- Berkman, N. D., Davis, T. C., & McCormack, L. (2010). Health literacy: what is it? *Journal of Health Communication*, 15(sup2), 9-19. <https://doi.org/10.1080/10810730.2010.499985>.
- Fielding, J. (2020). Good communication will help beat COVID-19. Consultado a 31 de janeiro, em <https://thehill.com/opinion/healthcare/490410-good-communications-will-help-beat-covid-19>
- Finset, A., Bosworth, H., Butow, P., Gulbrandsen, P., Hulsman, R. L., Pieterse, A. H. & Van Weert, J. (2020). Effective health communication – a key factor in fighting the COVID-19 pandemic. *Patient Education and Counseling*, 103(5), 873-876. <https://doi.org/10.1016/j.pec.2020.03.027>
- Forsyth, R., Morrell, B., Lipworth, W., Kerridge, I., Jordens, C. F. C., & Chapman, S. (2012). Health journalists' perceptions of their professional roles and responsibilities for ensuring the veracity of reports of health research. *Journal of Mass Media Ethics*, 27(2), 130-141. <https://doi.org/10.1080/08900523.2012.669290>
- Hinnant, A., Jenkins, J., & Subramanian, R. (2015). Health journalist role conceptions: existing and emerging professional identities. *Journalism Practice*, 2786(October), 1-19. <https://doi.org/10.1080/17512786.2015.1053509>
- Hinnant, A., & Len-Ríos, M. E. (2009). Tacit understandings of health literacy. *Science Communication*, 31(1), 84-115. <https://doi.org/10.1177/1075547009335345>

- Hinnant, A., & Len-Ríos, M. E. (2013). Journalistic use of exemplars to humanize health. *Journal Stud.*, 14(4), 1-16. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2012.721633>. JOURNALISTIC
- Jorm, A. F. (2000). Mental health literacy. *British Journal of Psychiatry*, 177(5), 396-401. <https://doi.org/10.1192/bjp.177.5.396>
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2001). *The elements of journalism: what newspeople should know and the public should expect*. New York: Three Rivers Press.
- Kutcher, S., Wei, Y., & Coniglio, C. (2016). Mental health literacy. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 61(3), 154-158. <https://doi.org/10.1177/0706743715616609>
- Lewis, S. C. (2020). The objects and objectives of journalism research during the coronavirus pandemic and beyond. *Digital Journalism*, 8(5), 681-689.
- Lopes, F. (2007) *A TV das elites*. Porto: Campo das Letras.
- Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S., Pinto-Coelho, F. Z., Fernandes, L., Araújo, R., & Gomes, S. (2013). *A saúde em notícia: repensando práticas de comunicação*, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Retirado de [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/issue/view/125](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/125) em abril de 2021.
- Lopes, F. (2013). *Sociologia das Fontes Jornalísticas*. Universidade do Minho.
- Magalhães, O. E. (2020). *Investigação médica na imprensa portuguesa – Diagnóstico e recomendações terapêuticas*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho, Braga, Portugal. <http://hdl.handle.net/1822/69509>
- Martins, C. (2005). A objectividade como “dever referencial” dos jornalistas. *Caleidoscópio - Revista de Comunicação e Cultura* 5/6, 143-155.
- Masip, P., Aran-Ramspott, S., Ruiz-Caballero, C., Suau, J., Almenar, E., & Puertas-Graell, D. (2020). Consumo informativo y cobertura mediática durante el confinamiento por el Covid-19: sobreinformación, sesgo ideológico y sensacionalismo. *El Profesional de La Información*, 29(3). <https://doi.org/10.3145/epi.2020.may.12>
- Mheidly, N., & Fares, J. (2020). Leveraging media and health communication strategies to overcome the COVID-19 infodemic. *Journal of Public Health Policy*, 41(4), 410-420. <https://doi.org/10.1057/s41271-020-00247-w>
- Nelson, J. (2020). Coronavirus: News media sounded the alarm for months but few listened. Editor & Publisher. Consultado a 16 de abril de 2021, em <https://www.editorandpublisher.com/stories/coronavirus-news-media-sounded-the-alarm-for-months-but-few-listened>
- Nutbeam, D. & Lloyd, J. E. (2021). Understanding and responding to health literacy as a social determinant of health. *Annual Review of Public Health*, 42(1), 159-173. <https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-090419-102529>
- OMS/WHO (2013). Health literacy. The solid facts. Consultado a 16 de abril de 2021, em <http://publichealthwell.ie/node/534072>
- Paasche-Orlow, M. K., & Wolf, M. S. (2010). Promoting health literacy research to reduce health disparities. *Journal of Health Communication*, 15(sup2), 34-41. <https://doi.org/10.1080/10810730.2010.499994>

- Parasie, S., & Dagiral, E. (2013). Data-driven journalism and the public good: “computer-assisted-reporters” and “programmer-journalists”, *New media & society*, 15 (6), 853-871.
- Parker, R., & Ratzan, S. C. (2010). Health literacy: a second decade of distinction for americans. *Journal of Health Communication*, 15(sup2), 20-33. <https://doi.org/10.1080/10810730.2010.501094>
- Perreault, M. F., & Perreault, G.P. (2021). Journalists on COVID-19 journalism: communication ecology of pandemic reporting. *American Behavioral Scientist*, 65(7), 1-16.
- Quivy, R., & Campenhoudt, V. L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rocha, J. M. F. (2009). *A causa timorense, uma causa dos jornais: leituras e reflexões sobre o posicionamento dos jornais*. Dissertação de Mestrado. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal. Consultado a 16 de abril de 2021, em <http://hdl.handle.net/10071/1671>
- Santos, C. A., Magalhães, C., Maura, I., Magalhães, J., Costa, M., & Rosa, M. (2021). Syndemic and therapy. Social media strategies to fight information disorder during Covid-19 era. In J. Sierra Sánchez & A. Barrientos Báez (Eds.), *Cosmovisión de la comunicación en redes sociales en la era postdigital* (pp. 1217-1237). McGraw-Hill Interamericana de España.
- Sorensen, K. (2019). Defining health literacy: exploring differences and commonalities. In O. Okan, U. Bauer, D. Levin-Zamir, P. Pinheiro, & K. Sorensen (Eds.), *International handbook of health literacy. Research, practice and policy across the lifespan* (pp. 5-20). Bristol: Policy Press.
- Stallings, R. A. (1990). Media discourse and the social construction of risk. *Social Problems*, 37(1), 80-95. <https://doi.org/10.2307/800796>
- Schuman M. (2002). Journalists as change agents in medicine and health care. *Journal of the American Medical Association*, 287, 776–777.
- Thorbjørnsrud, K., & Ustad Figenschou, T. (2016). Do marginalized sources matter? *Journalism Studies*, 17(3), 337–355. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2014.987549>
- Tuchmann, G. (1999). A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In N. Traquina, (Ed.), *Jornalismo: questões, teorias e «estórias»* (2ª edição) (pp.74-90), Lisboa: Veja.
- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Strasbourg. Consultado a 16 de abril, em, <http://tverezo.info/wp-content/uploads/2017/11/PREMS-162317-GBR-2018-Report-desinformation-A4-BAT.pdf>
- Zarcadoolas, C., Pleasant, A., & Greer, D. S. (2006). *Advancing health literacy. A Framework for Understanding and Action*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Zarcostas, J. (2020). How to fight an infodemic. *The Lancet*, 395(10225), 676. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30461-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30461-X)